

---

## Introdução

### **O que é o utilitarismo?**

Em seu breve ensaio *O utilitarismo*, John Stuart Mill oferece uma explicação bastante sucinta do Princípio de Utilidade.

As ações são certas na proporção em que tendem a promover a felicidade, e erradas na proporção em que tendem a produzir o reverso da felicidade. Por felicidade entende-se prazer, e a ausência de dor; e, por infelicidade, dor e a privação de prazer (Mill. *O utilitarismo*, 55).

No entanto, este princípio enganadoramente simples não é toda a história. O utilitarismo é uma ampla tradição do pensamento filosófico e social, não um princípio único. A ideia utilitarista central consiste em que a moralidade e a política estão (e devem estar) centralmente preocupadas com a promoção da felicidade. Embora o princípio de Mill seja uma expressão dessa ideia básica, há muitas outras. Em particular, o princípio de Mill foca a nossa atenção em ações particulares. Conforme veremos, os utilitaristas frequentemente têm estado mais interessados em avaliar códigos de regras morais ou sistemas de instituições políticas.

### **Por que estudar o utilitarismo?**

Se você está frequentando um curso introdutório de ética, então provavelmente lhe serão perguntadas questões sobre o utilitarismo. Se você quer passar no curso, isso lhe fornece uma razão para estu-

dar o utilitarismo. Felizmente, existem outras – mais nobres – razões para se estudar o utilitarismo. Ao longo dos últimos dois séculos, a tradição utilitarista tem sido muito influente – não apenas dentro da filosofia, mas nas disciplinas mais obviamente práticas da política e da economia. Como resultado dessa influência, pressupostos e argumentos utilitaristas abundam na vida econômica e política moderna, especialmente nas políticas públicas. Se quisermos compreender o mundo social em que vivemos, uma compreensão da tradição utilitarista é essencial.

Em cursos introdutórios de ética, o utilitarismo é frequentemente apresentado como uma teoria profundamente contraintuitiva – a qual alguns filósofos aceitam a despeito da sua falta de apelo intuitivo. Conforme veremos no capítulo 5, há boas razões para isso. O utilitarismo pode enfrentar problemas intuitivos muito graves. No entanto, a ideia utilitarista central também tem considerável apelo intuitivo. O que poderia ser mais óbvio do que o pensamento de que, tanto em nossas vidas diárias quanto nas nossas deliberações políticas, devemos esforçar-nos por tornar melhores as vidas das pessoas? O que mais deveríamos querer – tornar as pessoas miseráveis?

Reações negativas ao utilitarismo são muitas vezes baseadas em mal-entendidos. Jeremy Bentham deu ao utilitarismo um mau nome. E ele o sabia. Embora Bentham tenha por vezes utilizado a expressão “princípio de utilidade”, ele preferia a expressão mais longa, porém mais precisa, “princípio da maior felicidade”. O enfoque na “utilidade” sugere uma visão séria, austera, oposta à frivolidade ou à diversão. No português convencional, descrever um edifício como sendo “utilitário” quer dizer que ele é apenas funcional. Cumpre o seu propósito, mas não oferece qualquer prazer ou satisfação. Por vezes os utilitaristas incentivaram este mal-entendido. Mas, adequadamente compreendida, a tradição utilitarista aponta na direção oposta. Prazer, fruição e diversão são todos componentes da felicidade. São todos, portanto, coisas que os utilitaristas querem promover. (Com

efeito, conforme veremos no capítulo 4, os filósofos utilitaristas são frequentemente acusados de serem *demasiadamente* interessados no prazer.)

### **Plano do livro**

Introduções ao utilitarismo tipicamente assumem uma de duas formas. Algumas discutem os utilitaristas clássicos a partir de uma perspectiva puramente *histórica*, sem tentar conectar seu trabalho com desenvolvimentos posteriores em filosofia moral. No outro extremo, cursos de ética baseados em problemas são muitas vezes inteiramente não *históricos*, de modo que o utilitarismo é apresentado como um princípio moral abstrato que emergiu miraculosamente do éter filosófico. A minha abordagem situa-se entre estes dois extremos. Pretendo apresentar o utilitarismo como uma tradição viva, como oposto tanto a uma visão desatualizada de interesse meramente histórico ou a um conjunto não *histórico* de princípios abstratos.

O capítulo 2 oferece uma breve história da tradição utilitarista, demonstrando como mudanças no contexto histórico alteraram as prioridades dos pensadores utilitaristas. Começamos com uma breve exposição sobre os precursores do utilitarismo clássico, contrastando o utilitarismo teológico conservador de William Paley com o ateísmo radical de William Godwin. A maior parte do capítulo explora a evolução do utilitarismo clássico desde Bentham, passando por J.S. Mill, até Henry Sidgwick. O objetivo do capítulo é ilustrar tanto a relevância atual dos utilitaristas clássicos quanto até que ponto as suas preocupações diferem das nossas.

Nos últimos 200 anos, pensadores utilitaristas têm oferecido várias justificativas para as suas opiniões. Estas são exploradas no capítulo 3. Um tema central é que o estilo dessas “provas” tem sido muitas vezes impulsionado mais pela ortodoxia filosófica prevalecente à época do que por qualquer debate interno à tradição utilitarista. Como resultado, o capítulo procede cronologicamente. Ele

também inclui resumos de desenvolvimentos mais amplos na filosofia de língua inglesa ao longo dos últimos duzentos anos, desde os primeiros trabalhos de Bentham, passando pelo empirismo de Mill, o intuicionismo filosófico de Sidgwick, e a obsessão com a análise da linguagem moral de meados do século XX; até as recentes tentativas de reivindicar o utilitarismo usando-se os vários métodos da filosofia contemporânea. (A história filosófica mais ampla aqui merece vários livros independentes. O meu objetivo, portanto, é oferecer apenas um gostinho da relação entre a filosofia moral e as tendências filosóficas mais amplas. Outros livros da série sobre os movimentos do pensamento moderno fornecem mais detalhes sobre movimentos específicos da filosofia moderna.) Encerramos perguntando como essas mudanças na ênfase filosófica subjacente afetaram o *conteúdo* da moralidade utilitarista. Defendo que o afastamento de tentativas de construir provas dedutivas do princípio utilitarista aumentou a importância das consequências supostamente contraintuitivas do princípio utilitarista. Isto pavimenta o caminho para os capítulos subsequentes.

Talvez a questão mais importante a dividir os utilitaristas seja a definição de felicidade ou “bem-estar” ou “utilidade” ou “o que quer que faça a vida valer a pena”. (O fato de os utilitaristas usarem todos esses diferentes termos – e ainda outros – é uma indicação das complexidades envolvidas.) O capítulo 4 acompanha o debate desde os utilitaristas clássicos até os pensadores contemporâneos. Nós nos concentramos em três alternativas principais: o *hedonismo* (a vida boa consiste no prazer), a *teoria da preferência* (a vida boa consiste em se conseguir o que se quer), e a *teoria da lista objetiva* (a vida boa consiste em várias coisas que são valiosas por direito próprio, como o conhecimento ou a realização). Embora material histórico seja introduzido onde for relevante, o nosso principal interesse é nas próprias posições, e não nos pensadores que por primeiro as propuseram.

O capítulo 4 também introduz-nos aos métodos da filosofia moral moderna, especialmente o uso de “experimentos de pensamento”, para se testar uma teoria moral. O capítulo termina com uma discussão sobre a significância moral do bem-estar dos animais, e a sua conexão com o bem-estar dos seres humanos. Esta questão é interessante por si só, mas é também uma excelente forma de ilustrar as diferenças entre as teorias concorrentes sobre o bem-estar humano.

Cursos introdutórios de ética frequentemente começam com as consequências “implausíveis” do utilitarismo. Aqui estão dois exemplos clássicos.

#### O xerife

Você é o xerife de uma cidade isolada do oeste selvagem. Um assassinato foi cometido. A maioria das pessoas acredita que Bob é culpado, mas você sabe que ele é inocente. A menos que você enfisque Bob agora, haverá uma revolta na cidade e várias pessoas morrerão. O utilitarismo diz que você deve enfisque Bob, porque a perda da sua vida é superada pelo valor de se prevenir o motim.

#### O envelope

Em sua mesa há um envelope endereçado a uma instituição de caridade respeitável em busca de doações para salvar as vidas das vítimas da fome ou de outros desastres naturais. O utilitarismo diz que você deve dar *todo* o seu dinheiro a esta obra de caridade, pois cada dólar vai produzir mais felicidade nas mãos dela do que você poderia possivelmente produzir gastando-o consigo mesmo.

Os oponentes argumentam que o utilitarismo exige que você faça algo que ou é claramente errado (no caso do xerife) ou claramente não obrigatório (no caso do envelope). O capítulo 5 explora essas objeções. Começamos estabelecendo toda uma série de outros supostos contraexemplos, e indagando o que têm em comum. Enfocamos uma sugestão de John Rawls – a falha principal do utilita-

rismo é que, porquanto se concentra na utilidade agregada, ignora ou subestima o *aspecto da independência entre as pessoas*. Nós então exploramos uma gama de respostas utilitaristas. Isso leva-nos a examinar o papel das *intuições* na filosofia moral, prosseguindo em nossa discussão sobre o método do equilíbrio reflexivo iniciada no capítulo 3. Por que importa se o utilitarismo tem consequências intuitivamente indesejáveis? O capítulo termina notando que este conjunto de objeções não parece ter preocupado os utilitaristas clássicos – especialmente Bentham e Mill. Talvez a resposta seja retornar ao utilitarismo clássico.

O capítulo 6 pergunta se os utilitaristas podem tornar a sua teoria mais intuitivamente atraente mudando o seu *escopo*. Os utilitaristas deverem interessar-se principalmente pela avaliação de atos – ou, ao invés disso, deveriam focar regras, caráter, motivos ou instituições? Veremos que muitas das diferenças entre o utilitarismo clássico e o contemporâneo podem ser explicadas pela mudança do enfoque de Bentham na avaliação das instituições para o enfoque moderno na avaliação dos atos. Enfocamos especialmente o *utilitarismo de regras* contemporâneo – a teoria segundo a qual, ao invés de calcular as consequências de cada ato individual, deve-se ter por objetivo seguir o melhor código utilitarista de regras. Indagamos o que esse código possa parecer, e avaliamos a sua plausibilidade intuitiva.

O capítulo 7 concentra-se em outra característica do utilitarismo que está atraindo considerável atenção na teoria moral hodierna: o fato de que o utilitarismo presume que a única resposta racional para o valor seja *promovê-lo* – produzir o máximo possível de tudo o que seja valioso. Na verdade, este princípio *consequencialista* é muitas vezes apresentado como a característica definidora de toda a tradição utilitarista, com o utilitarismo clássico sendo apenas uma forma de consequencialismo. O utilitarismo é o consequencialismo (a moralidade promove valor) *mais* a doutrina do bem-estar (o valor consiste no bem-estar humano agregado). Indagamos se os

utilitaristas podem melhorar o apelo das suas teorias afastando-se do consequencialismo. Também exploramos respostas alternativas ao valor, particularmente a noção de valor de honra ou respeito (tornada famosa – entre os filósofos – pelo filósofo alemão do século XVIII Immanuel Kant), e uma variedade de respostas alternativas defendidas por especialistas contemporâneos na ética da virtude, tais como valor de expressão, valor de personificação, valor de cuidado, e assim por diante.

Uma crítica persistente do utilitarismo tem sido sempre a de que, porquanto ele baseia-se em cálculos precisos de utilidade, é impraticável. O capítulo 8 explora essa objeção, com um enfoque nas seguintes questões: Pode a felicidade ser medida? Será que o utilitarismo pressupõe que a felicidade possa ser medida? Como o utilitarismo lida com a incerteza? Qual orientação o utilitarismo oferece no mundo real?

Finalmente, o capítulo 9 explora dois debates emergentes no utilitarismo contemporâneo – a possibilidade de uma ética genuinamente global, e a natureza das nossas obrigações para com as gerações futuras. O tema subjacente do capítulo é que o utilitarismo tem sido sempre, e continua a ser, mais interessante e mais relevante quando aplicado a circunstâncias sociais em mudança, ou a questões que têm sido subestimadas por outras teorias morais.